



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

A dúvida é como recuperar aulas

"Magistério. Professora diz que, mesmo com boa vontade, não é possível repor todo conteúdo"

(Notícias do Dia, Cidade, p. 4)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 11, 12 e 13/6/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 13/06/11
Assunto: A dúvida é como recuperar aulas		Página: 04

A dúvida é como recuperar aulas

Magistério. Professora diz que, mesmo com boa vontade, não é possível repor todo o conteúdo

EMANUELLE GOMES

emanuelle@noticiasdodia.com.br

@Emanuelle_ND

FLORIANÓPOLIS — Com quase um mês de greve na rede pública estadual, alunos e professores ainda não sabem como acontecerá a reposição das aulas perdidas no período em que os docentes lutam pela implantação do piso salarial nacional em Santa Catarina. Depois do fim da greve é que o Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) deve discutir a questão com o governo do Estado e repassar às instruções às instituições de ensino.

Até lá, as dúvidas são inúmeras, principalmente para estudan-

tes do ensino médio, que vão fazer a prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e prestar vestibular. Para a professora de inglês, Elisa Beatriz Macarini, esses alunos não têm o hábito de estudar fora da escola e acabam sendo prejudicados. “A perda de conteúdo é irreparável, já que não é possível recuperar 100%. Mesmo com a boa vontade do professor, é uma carga muito grande de assuntos para pouco tempo e o aluno não dá conta de absorver tudo”, comenta ela.

Elisa afirma que o ritmo de estudo é mais lento depois da paralisação. “No processo regular, o

aluno aprende gradativamente. Esse era o momento em que eles estavam prontos para aprender, saíram do clima de férias. Agora que pararam vai levar um tempo para o cérebro sair desse estado de repouso. Eles vão começar do zero”, explica. Como ensina língua inglesa, a professora sabe o que pode acabar ficando de fora dos conteúdos estudados. “Vai ser possível dar conta de ensinar gramática, mas não vai ter tempo para abordar em sala de aula vocabulário e interpretação. É um prejuízo muito grande pra quem faz o vestibular”, relata Elisa.



LÍNGUA

Professora de inglês diz que não haverá tempo para recuperar o conteúdo

Sem greve, mas sem alunos

Apesar da adesão da greve não ser total em algumas escolas da Capital, colégios têm dificuldades para reunir os alunos. Na Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva, por exemplo, dos 30 professores seis apenas não entraram no movimento pelo piso nacional. Porém, a diretora Suely Souza de Brum conta que a maioria dos estudantes, todos do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, não estão dispostos a ir até o colégio para frequentar duas ou três aulas.

“Tentamos manter as matérias unidas, mas os próprios pais optaram por não mandar os filhos para a escola. Como não temos alunos, já que é necessário ter 50% mais um para a aula poder ser ministrada, os professores que não aderiram vêm para o colégio e ficam sem trabalhar”, explica. Segundo Suely, muitos estudantes apoiam a greve e passaram a frequentar as manifestações neste período de recesso.

Escola em condições precárias

Com mais de 1.200 alunos, a Aderbal Ramos da Silva deve ter seu calendário alterado depois do fim da greve para reposição das aulas, havendo a possibilidade de perda de feriados e das férias de julho, além de acréscimo na carga horária. Porém, para a professora Elisa Beatriz Macarini, que leciona na escola, caso o piso seja implantado valerá a pena as consequências da greve. “Nossa escola tem problemas estruturais enormes e com valorização profissional poderemos pelo menos recuperar a vontade de estar dentro de sala de aula”, diz.

Há 49 anos, a estrutura permanece a mesma. Rachaduras, rebaixamento de piso, cupim nos quadros de giz, portas sem fechaduras, queda de reboco, entre outros, são dificuldades enfrentadas diariamente por funcionários e estudantes. “Já caiu pedaço do teto em aluno. Temos um projeto feito desde 2003 para reforma, só falta a licitação”, comenta a diretora Suely Brum.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 11/06/11
Assunto: Semana fecha sem definições		Página: 13

Semana fecha sem definições

Professores votam pela continuidade da greve e governo diz que não vai mais negociar

O governo do Estado declarou, ontem, o fim das negociações com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) e pediu que os professores voltem às aulas imediatamente. A medida foi tomada porque as propostas apresentadas pelo Estado divergem muito dos pedidos feitos pelo sindicato. Uma nota do governo para oficializar esta decisão, que saíra ontem no fim do dia, foi adiada para a próxima semana.

O secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, afirmou que não é possível chegar a um acordo em curto prazo. “O governo estará disposto a conversar, mas para negociar é preciso que os professores voltem às aulas, porque não resolveremos a questão em uma ou duas semanas, e os alunos não podem mais ficar prejudicados. Qualquer acordo levaria muito tempo”, ressaltou.

Para Deschamps, a proposta encaminhada na quinta-feira pelo sindicato foi um retrocesso e

o governo não teria como formular uma contraproposta em cima dela. O Sinte pede o repasse, em seis parcelas até dezembro, do reajuste de 94% dado ao professor de nível médio, que de R\$ 609 vai ganhar R\$ 1.187, para os demais níveis da tabela, respeitando a diferença de 8,48% entre eles.

Os professores de SC ainda querem a manutenção dos índices da regência de classe, que vale 40% sobre o salário-base para professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, e de 25% para docentes do 6º ao 9º ano do fundamental e do ensino médio. “Eles não abrem mão do plano de carreira atual, mas para suportar os valores gerados pelos reajustes da lei precisamos reorganizá-lo”, explicou Deschamps.

A coordenadora do Sinte, Alverte Bedin, afirma que a posição de não negociar mais é uma tentativa de fazer com que os professores voltem às aulas. Ela não teme o enfraquecimento e o desgaste da greve. “O movimento está mais forte a cada dia. O que nós queremos é continuar as negociações” ressaltou. O Sinte propôs uma audiência na próxima terça. Deschamps informou que esta possibilidade será estudada. Uma resposta será dada na próxima semana.

As negociações

- **SEGUNDA-FEIRA** – Governo apresenta uma nova proposta ao professores. É a terceira até agora.
- **TERÇA-FEIRA** – Assembleias regionais rejeitam todas as propostas apresentadas pelo governo.
- **QUARTA-FEIRA** – Por causa da rejeição, é marcada uma nova reunião e governo pede uma contraproposta em 24 horas.
- **QUINTA-FEIRA** – Professores decidem pela continuação da greve. Sinte entrega uma contraproposta.
- **SEXTA-FEIRA** – Nova reunião entre governo e sindicato. Governo declara fim das negociações. Ele pede o retorno imediato das aulas.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 13/06/11
Assunto: Paralisação volta à mesa		Página: 05

Paralisação volta à mesa

Magistério. Governador debate o assunto com os secretários

FLORIANÓPOLIS — No vigésimo sétimo dia de greve dos professores, o governo estadual fará duas reuniões na tarde desta segunda-feira: às 16h com os deputados da base e às 18h com o secretariado, no Teatro Pedro Ivo.

Na semana passada, o governador Raimundo Colombo decidiu suspender as negociações e anunciou punições para os professores que não voltassem às salas de aulas alegando diferença entre as propostas do governo e do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação). Segundo o governo, a proposta causará um impacto financeiro de R\$ 30 milhões.

A última proposta entregue aos grevistas foi a da elaboração de seis tabelas, parcelando o piso na carreira de abril a dezembro deste ano, com variação de percentual de reajuste para os níveis que vai de 4,9% a 8,48%, chegan-

do com este valor à manutenção da atual tabela salarial.

Apesar da proposta, o Sindicato deixou claro que não pretende ceder. Com a paralisação dos professores, mais de 400 mil alunos estão sem aulas no Estado. Os grevistas pretendem pressionar o governo a implantar o piso salarial nacional no Estado de R\$ 1.187,08, aprovado em 2009, e definido pelo Ministério da Educação.

Entre as principais reivindicações dos professores estão a implantação do piso salarial nacional na carreira, parcelado de abril a dezembro, manutenção da regência de classe em 40 e 25%, incorporação dos prêmios Educar, Jubilar e Assiduidade, anistia de faltas da greve de 2008 e outras mobilizações a partir de 2007, formação de grupo de trabalho no prazo de 60 dias para discutir revisão da lei dos ACTs, eleição direta de diretores de escolas, reajuste do piso para 2012 e concurso público.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/6/11
Assunto: Sem previsão de acordo – Greve dos professores continua		Página: 34

SEM PREVISÃO DE ACORDO

Greve de professores continua

Governo poderá entrar com pedido de ilegalidade do movimento e descontar os dias sem aula na rede pública do Estado

Hoje é o 26º dia de greve dos professores da rede pública estadual. Primeiro dia útil desde que, na sexta-feira, as negociações foram dadas como encerradas pelo governo do Estado, a semana começa sem previsão de um acordo. E com uma notícia que deve trazer mais dificuldades para o desfecho. O governo poderá pedir a ilegalidade da greve. Além de descontar os dias sem aulas.

Para aumentar o impasse, o governador Raimundo Colombo pode viajar hoje para a posse da ministra Ideli Salvatti na Secretaria Especial de Relações Institucionais, em Brasília. Com isso, ficarão canceladas as reuniões com os deputados da base aliada e com os secretários.

Nos encontros, Colombo pretendia convencer de que não existe como atender a reivindicação apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Santa Catarina, o Sinte. A explicação é de que o governo chegou ao seu limite, com a concessão de R\$ 22 milhões à categoria, R\$ 2 milhões a mais do que o limite que havia determinado.

Já o Sinte anuncia a próxima in-

vestida. Representantes irão à Assembleia Legislativa pedir apoio aos deputados. A ideia é que uma nova audiência seja marcada ainda para esta terça-feira.

– Queremos que ajudem a convencer o governo a retomar as negociações – diz Ana Júlia Rodrigues, secretária geral do Sinte.

A Secretaria Estadual de Educação ficou de definir hoje se retoma as conversas. Na última sexta-feira, o governo havia declarado o fim das negociações. O secretário-adjunto

da Educação, Eduardo Deschamps, afirma que “não é possível chegar a um acordo no médio ou curto prazo porque a proposta encaminhada na quinta-feira pelo sindicato foi um retrocesso”.

Para o secretário-adjunto, o go-

verno não terá como formular uma contraproposta em cima do que já foi reivindicado.

– Primeiro temos que definir uma pauta antes de chamar para nova conversa – explicou Deschamps.

O governo tem uma nota oficial pronta para ser publicada na imprensa. É uma manifestação aos catarinenses onde explica os motivos de não atender as reivindicações. O texto apela para que os professores retomem as atividades.

Reivindicações da categoria continuam as mesmas

O Sinte pede o repasse, em seis parcelas até dezembro, do reajuste de 94% dado ao professor de nível médio, que de R\$ 609 vai ganhar R\$ 1.187, para os demais níveis da tabela, respeitando a diferença de 8,48% entre eles. Os professores de Santa Catarina ainda querem a manutenção dos índices da regência de classe, que vale 40% sobre o salário-base para professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, e 25% para docentes do 6º ao 9º ano do fundamental e do médio. O governo apresentou propostas menores para os percentuais, mas todas foram rechaçadas.

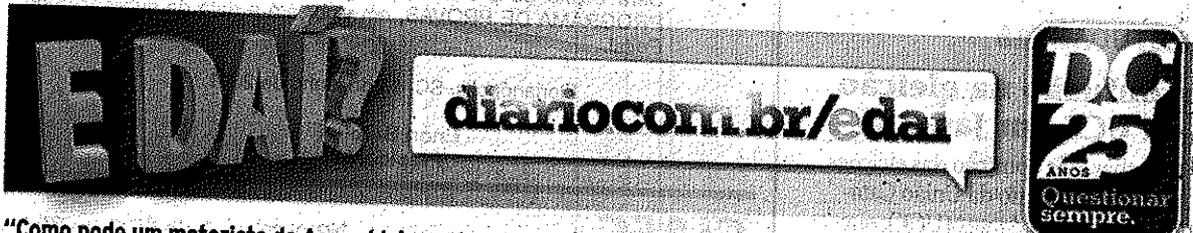


Na quinta-feira, categoria fez passeata e se reuniu na Nego Quirido onde decidiu pela continuidade da greve



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/6/11
Assunto: Abismo entre pagamentos de vales		Página: 34



“Como pode um motorista da Assembleia ganhar muito mais em vale-alimentação do que um professor. Compreendo que eles estão ganhando de acordo, porém, nós não. Isso não é uma vergonha?” - MANOEL NASCIMENTO

Mande sua pergunta para www.diario.com.br/edai. Ela poderá ser respondida pelos jornalistas do DC.

Abismo entre pagamento de vales

A falta de sintonia e de critérios padronizados entre os poderes levou à aberração a que o leitor se refere na pergunta: um abismo que tornou o vale no Poder Legislativo sete vezes maior que o do Executivo. Isso aconteceu porque, desde que foi criado, o vale está congelado no Executivo, nem mesmo teve correção pela inflação. Enquanto isso, na Assembleia o benefício tomou o elevador e não parou de subir.

Segundo o secretário de Estado da Administração, Milton Martini, a lei do vale-alimentação para os servidores estaduais vigora desde janeiro de 2001 e, desde então, o valor de

R\$ 6 ao dia está sendo mantido para professores e outras categorias. Do total de 74.959 servidores que recebem vale-alimentação do Estado, 71 mil ganham os R\$ 6 ao dia. O restante está ligado a outros órgãos, como Udesc, Fatma, Deter e Porto de São Francisco, que têm orçamentos próprios e pagam valores diferenciados. Martini concorda que o valor não é o ideal, mas diz que é o possível neste momento. O secretário diz que falta dinheiro para melhorar o valor.

A Assembleia Legislativa é um poder distinto, que tem orçamento e política salarial próprios – embora o dinheiro venha da mesma conta, que são os impostos que o cidadão paga. No Legislativo, os cerca de 1,8 mil ser-

vidores recebem R\$ 927 por mês de vale-alimentação, o que dá, em média, R\$ 42 por dia. Na Casa o valor é entendido como um complemento salarial, ou seja, quando não é possível dar aumento de salário, uma opção é reajustar o vale, que tem um impacto menor na folha de pagamento, já que não aumenta os encargos trabalhistas. O último reajuste do vale na Assembleia foi de 3% em fevereiro de 2009. O Legislativo não tem critério nem prazo para dar o reajuste, feito a partir da capacidade orçamentária.

As autoridades até buscam explicações para isso, mas a distorção é tão escancarada que fica fácil entender a indignação de servidores de categorias como o magistério.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 13/06/11
Assunto: Governo x professores		Página: 02

Governo x professores

Não se pode negar que o governo se dispôs a negociar. Isso não significa que atenderia aos anseios de uma categoria que nos últimos anos não conseguiu tabular um diálogo com as autoridades. Foi um diferencial sim. Como não se pode negar também que entre propostas e contrapropostas algumas conquistas foram alcançadas. Mas os professores queriam recuperar perdas e manter avanços do passado. Queriam um compromisso velado

do governo, que não conseguiram. Com razão, têm todo o direito. Mas esbarraram em limitações do governo que por sinal foram rompidas em parte, embora reduzindo algumas vantagens históricas como a regência de classe. Retroceder agora seria inaceitável. Tudo bem, nada mais coerente do que estabelecer uma linha e lutar até o fim com apoio da assembleia da categoria. Mas, arcando com as consequências. O governo

nestes quase um mês de greve conversou, ouviu, cedeu, avançou, postergou, negou, ou seja, negociou até quando não deu mais. Como os professores, que têm o direito de exigir e bater pé em suas reivindicações, o governo também tem limitações, responsabilidades, obrigações e direitos. Negociar significa também ceder. Do lado de cá os alunos, estes sim prejudicados devido infelizmente ao impasse estabelecido.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 11 e 12/06/11
Assunto: Estado suspende as negociações		Página: 07

Estado suspende as negociações

Greve. Diálogo entre governo e Sinte não avança e professores devem ser punidos

FLORIANÓPOLIS — O governo do Estado suspendeu as negociações com os grevistas e anuncia punições por meio da aplicação de medidas administrativas. A primeira delas é fazer o lançamento das faltas dos professores. “As demais medidas estão sendo analisadas e serão aplicadas cada uma no seu devido tempo”, afirmou o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps. Ele revelou no fim da tarde de sexta-feira, que a decisão de suspender as negociações se deu porque existe uma diferença muito grande entre a proposta do governo do Estado e a do Sinte (Sindicato dos Traba-

lhadores em Educação). A proposta do governo causaria um impacto financeiro mensal de R\$ 22 milhões a mais na Folha de Pessoal. Já a última proposta dos grevistas representaria R\$ 30 milhões a mais.

Sobre a possibilidade do governo tomar medidas judiciais para o fim da greve, Deschamps respondeu que isso não cabe à Secretaria, e sim à Procuradoria-Geral do Estado. “Não tenho informação que exista alguma coisa nesse sentido”.

A Secretaria da Fa-

zenda fez uma reengenharia financeira para cobrir a proposta feita pelo governo. Terá que avançar sobre recursos de outras fontes. (ver gráfico nesta página). O governo está negociando com os grevistas às cegas, porque o STF (Supremo Tribunal Federal)

ainda não publicou a decisão que manda pagar o piso nacional dos professores. Além de secretários de Estado, até o ministro da Educação teria pedido pressa ao STF para que publique o acórdão. A vigência da decisão conta a partir de abril deste ano.



IMPASSE

Professores pararam em 18 de maio. A maioria das escolas está sem aulas

Sindicato mantém paralisação

Diante do encerramento das negociações para implantação do piso salarial nacional, o Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) garante que a categoria continua em greve e que o movimento permanece forte na luta pelos direitos da classe. “Na reunião desta sexta-feira não apresentaram contraproposta e fecharam a mesa, mas a assembleia estadual mostrou que os professores não vão ceder. Queremos reabrir o canal de negociação e aguardamos um novo encontro na terça-feira”,

afirma Alvet Bedin, coordenadora estadual do sindicato.

Na segunda e quarta-feira ocorrem assembleias regionais e atos públicos devem marcar a terça-feira. “A proposta de quinta-feira foi deliberada por unanimidade. Acreditamos que o governo quer apostar no término da greve, porém essa tática não vai funcionar”, afirma Alvet Bedin.

Perdas pedagógicas. A reposição das aulas é obrigatória, mas alunos e professores não sabem ainda como será feita. A determinação virá só depois do fim da greve



DIAGNÓSTICO
Entenda as finanças do Estado

O impacto do aumento para os professores ...

14 milhões

por mês a mais na folha da Educação por conta da MP 188 que fixa o piso nacional do magistério

22 milhões

é o quanto aumentaria a folha por mês caso os grevistas aceitassem a última proposta do governo, feita em 6 de junho

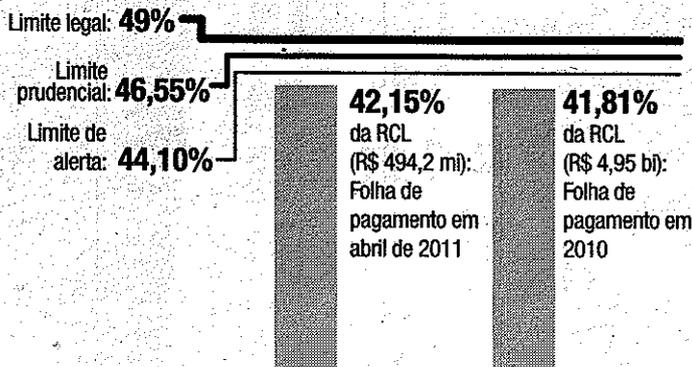
30 milhões

a mais é o que custaria se o governo aceitasse a proposta do Sinte

Desembolso

Para cobrir a proposta de R\$ 22 milhões por mês, o governo iria sacar R\$ 50 milhões do capital de giro, R\$ 50 milhões de provisionados para emergências, R\$ 49 milhões do saldo de caixa em 31 de maio de 2011, e ainda lançar mão de recursos reservados ao pagamento de dívida judicial.

os limites impostos pela legislação ...



e como o Estado pode dispor dos recursos

Onde termina a conta

O saldo de caixa do Poder Executivo em 31 de maio de 2011, pela contabilidade, é de R\$ 1,69 bilhão, já efetuado o pagamento da folha e o repasse aos Poderes. Por que esse valor não está disponível?

- **R\$ 937 milhões** são recursos de terceiros como taxas arrecadadas pela Secretaria de Segurança Pública, Fundo Social, Fundo do Plano de Saúde, salário-educação, Seitec **que não podem ser usados para pagamento de pessoal**
- **O que sobra disso é o saldo próprio do Tesouro também já comprometido** com ordens bancárias autorizadas (R\$ 67 milhões), provisão de décimo terceiro (R\$ 144 milhões), pagamento da dívida pública (R\$ 80 milhões), além de R\$ 21 milhões em restos a pagar de 2010 que só foram cancelados em janeiro de 2011 e por isso só poderão ser usados em 2012.
- **Sobram R\$ 441 milhões que, ainda assim, também tem destino carimbado.** R\$ 202 milhões para despesas já empenhadas pelos órgãos, R\$ 90 milhões para pagamento de dívida judicial, R\$ 50 milhões para o que poderia ser chamado de capital de giro e R\$ 50 milhões provisionados para emergências.

De modo que o saldo efetivamente disponível acaba sendo de **R\$ 49 milhões**



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 11/6/11
Assunto: Magistério parado – Fim das negociações		Página: 19

MAGISTÉRIO PARADO

Fim das negociações

Impasse e divergências entre as propostas levam governo a encerrar conversas com o Sinte enquanto a greve continuar

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O governo do Estado declarou, ontem, o fim das negociações com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) e pediu que os professores, em greve desde o dia 18 de maio, voltem às aulas imediatamente.

A medida foi tomada porque a proposta apresentada pelo Sinte diverge muito do que o Estado aceita pagar. Uma nota do governo para oficializar essa decisão, que sairia ontem no final do dia, foi adiada para a próxima semana.

O secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, afirmou que não é possível chegar a um acordo no médio ou curto prazo.

– O governo sempre estará disposto a conversar, mas para negociar é preciso que os professores voltem às aulas, porque não resolveremos a questão em uma ou duas semanas, e os alunos não podem mais ficar prejudicados. Qualquer acordo levaria muito tempo – ressaltou.

Para Deschamps, a proposta encaminhada na quinta-feira pelo sindicato foi um retrocesso, e o governo não teria

como formular uma contraproposta em cima dela. O Sinte pede o repasse, em seis parcelas até dezembro, do reajuste de 94% dado ao professor de nível médio, que de R\$ 609 vai ganhar R\$ 1.187, para os demais níveis da tabela, respeitando a diferença de 8,48% entre eles.

Situação parecida ocorreu no Rio Grande do Sul, onde o sindicato aceitou o repasse integral do reajuste, respeitando o plano de carreira, em quatro anos. A categoria também concordou com o reajuste de 10% dado em maio, apesar de não ter cumprido a lei do piso.

Regência de classe segue o maior empecilho da negociação

Os professores de Santa Catarina ainda querem a manutenção dos índices da regência de classe, que vale 40% sobre o salário-base para professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, e 25% para docentes do 6º ao 9º ano do fundamental e do médio. O governo apresentou propostas menores para os percentuais, mas todas foram rechaçadas.

– Eles não abrem mão do plano de carreira atual, mas, para suportar os valores gerados pelos reajustes da lei, precisamos reorganizá-lo – defende Deschamps.

Por enquanto, o governo mantém a medida provisória, na Assembleia Legislativa, que garante o pagamento de R\$ 1.187, no salário-base, para os cerca de 35 mil educadores que ainda não recebiam essa quantia. Esta foi a primeira proposta apresentada, e rejeitada pela categoria, por achatar a tabela salarial.

A nota oficial sobre a decisão do Estado deve sair na próxima segunda-feira. Neste mesmo dia, o governador Raimundo Colombo reúne-se, à tarde, com a base aliada no Legislativo, e à noite com o colegiado de secretários.

A coordenadora do Sinte, Alvetê Bedin, acredita que a posição de não negociar mais é uma tentativa de fazer com que os professores suspendam a greve. Ela disse não temer o enfraquecimento do movimento e o desgaste da paralisação, que chega hoje ao 24º dia.

– O movimento está mais forte a cada dia. O que nós queremos é continuar as negociações – ressaltou.

O Sinte propôs uma audiência com o governo para a próxima terça-feira. Deschamps informou que essa possibilidade será estudada. Uma resposta será dada na próxima semana.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 12/6/11
Assunto: Pagamento da inscrição vai até segunda		Página: 32



JAMES TAVARES, SEMOIA DIVULGAÇÃO

SEGUNDA-FEIRA

6

Governo apresenta uma nova proposta ao professores. Era a terceira.



DANIEL CONZAL, BD

TERÇA-FEIRA

7

Assembleias regionais rejeitam todas as propostas apresentadas.

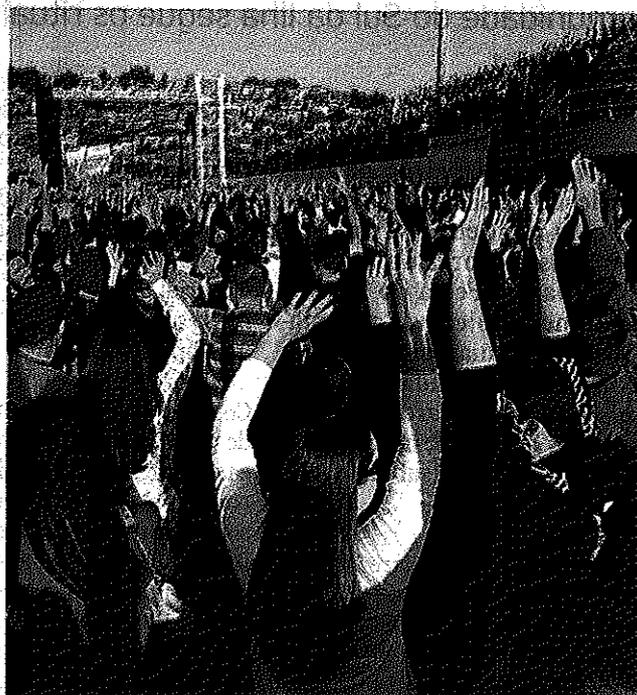


ANTONIO CARLOS MANGUDA, SEMOIA DIVULGAÇÃO

QUARTA-FEIRA

8

Nova reunião entre Secretaria da Educação e Sinte. Governo pede contraproposta em 24 horas.



DANIEL CONZAL, BD

QUINTA-FEIRA

9

Decisão unânime da assembleia estadual mantém a greve e rejeita propostas do Estado. Sinte entrega contraproposta.

SEXTA-FEIRA

10

Secretário-adjunto declara fim das negociações com os professores e pede o retorno imediato das aulas.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 13/6/11
Assunto: Passou a bola		Página: 3

PASSOU A BOLA?

Quem assumiu o comando das negociações com os professores grevistas é o secretário adjunto de Educação Eduardo Deschamps. O titular, Marco Tebaldi, sequer participou da última reunião.

03/15

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/6/11
Assunto: Estudantes – Confusão na eleição para UCE de Jaraguá		Página: 33

ESTUDANTES

Confusão na eleição da UCE em Jaraguá

A chapa de oposição das eleições do novo comando da União Catarinense de Estudantes (UCE), que ocorreu ontem, alega que urnas foram roubadas, após solicitação da recontagem de votos, por suspeita de fraude com uso de crachás falsos. De acordo com o atual presidente da UCE, Wander Rodermel, ele mesmo fez a contagem dos votos e não percebeu nenhuma irregularidade. Disse ainda que não sabe o destino das urnas depois das eleições.



CLIPPING

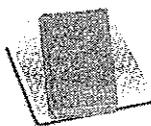
Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 13/6/11
Assunto: Curioso		Página: 10

Curioso

Se o governador Raimundo Colombo for a Brasília, na posse da nova ministra das Relações Institucionais, o paradoxo estará em não tratar de educação para acompanhar a posse de uma ex-líder sindical do magistério estadual, a professora aposentada Ideli Salvatti.

O ato oficial poderá modificar a agenda do governador Raimundo Colombo, que tem duas reuniões marcadas com os deputados da base e o grupo gestor de sua administração. Nos dois momentos, Colombo relataria o que foi realizado pela Secretaria da Educação na negociação com os professores da rede pública estadual em greve.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 13/6/11
Assunto: Dilema		Página: 10



Dilema

O impasse entre professores em greve e o governo do Estado já tem uma consequência certa: adeus calendário escolar com o movimento, que completa um mês nesta semana.

Salvo melhor juízo ou uma matemática inovadora, as férias de julho já eram e as aulas vão atropelar dezembro e, quiçá, entrar janeiro do ano que vem adentro. Os pais daqueles alunos que estão a concluir o ensino médio querem saber quem garante que os filhos terão tempo de apresentar a documentação nas universidades em 2012.

❖ Se o Centro Administrativo recorrer à Justiça para pedir a ilegalidade da greve dos professores, perde o discurso de apoio ao pedido central do magistério, a concessão do piso nacional da categoria.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 13/6/11
Assunto: Valorização do magistério/Dois secretários		Página: 39

Valorização do magistério

Sempre foi consenso de que pela educação é que construiremos uma sociedade justa, com oportunidades iguais, onde todos viverão dignamente. Entra governo e sai governo e os investimentos prometidos para a educação ficam no papel.

A greve do magistério prolonga-se. O que se busca, em resumo, é a valorização do professor. É reconhecer que ele é essencial para as transformações que pretendemos. Infelizmente, o piso teve que ser imposto pelo Supremo. Ridículo, enquanto outras categorias recebem tratamento privilegiado. Todos sabem que milhares de servidores dos outros poderes percebem, só de vale-alimentação, mais de R\$ 950 mensais!

Na iniciativa privada, como na Volks do Paraná, onde a greve foi encerrada após 37 dias de paralisação, seus empregados perceberão R\$ 11,5 mil de participação nos lucros. É praticamente o que um professor catarinense ganha durante um ano de trabalho.

É hora de falar a verdade e cumprir as promessas.

Dois secretários

- Há algo estranho acontecendo na cúpula da Secretaria da Educação do Estado. Há o secretário, Marco Tebaldi, e o secretário-adjunto, Eduardo Deschamps. Pela lei da hierarquia, o primeiro manda e o segundo ajuda. Misteriosamente, no entanto, os papéis estão invertidos. Nas negociações com os professores grevistas, Deschamps dá as cartas. Houve um encontro com o comando de greve que sequer contou com a presença do secretário titular, envolvido com o casamento de um parente em Joinville. Pela lógica, Tebaldi pode estar sendo defenestrado devagarinho. Um caso para o SSC – Serviço Secreto do Cacau – investigar. Aguardem.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 11/6/11
Assunto: Agressões		Página: 35

Agressões

“Não concordo com o que dizes, mas defenderei até a morte o direito de dizeres!”

VOLTAIRE

Impressionam-me os ataques dos professores ao colunista no seu blog. Nem sei se são mesmos professores, porque nas eleições no Brasil, jornalistas e intelectuais desempregados são chamados pelos partidos, muito bem remunerados, para a única função de responderem pela internet, jogando baixo com os críticos do partido e do candidato que lhes contratam. Tropa de choque. Mas se forem mesmo professores – e como em todas as classes, a minha, a sua, a dos políticos, médicos, policiais..., há os bons e os maus –, muito me entristece. Quanta violência, quanto desrespeito à democracia, à livre expressão, exercendo censura escancarada a quem ousa contrariá-los, mesmo que seja só com uma frase. Como venho dizendo desde o começo, em todos os meus espaços no Grupo RBS, torço pelos professores. Sempre. Contra quaisquer outros. E se há governo, também sou contra. Mas brigo muito pelo direito de dizer o que penso, o que vejo de errado, tanto no governo quanto na minha profissão, na minha vida, no meu time, no Avaí, no Figueirense, no meu país e neste movimento dos professores, que só um idiota não apoiaria.

Os grevistas que sabem ler estão comigo, com a ideia de um mundo melhor, mais tolerante, mais civilizado, mais educado, e que 2 + 2 são 4. Desculpe, não tive tempo de aprender inglês. E se encontrarem erros de português, nem por isso serei menor do que querem meus inimigos. Corrijam. Afinal, estou escrevendo para professores!



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 12/6/11
Assunto: Emprego		Página: 55

Emprego

É trágico isso. O governo procura, com certo desespero, professores. O MEC prorrogou pela segunda vez o prazo para que professores da rede pública possam se inscrever em cursos de formação continuada oferecidos pelo governo federal em parceria com instituições públicas de ensino superior. O prazo terminou sexta-feira e sobraram vagas em 23 estados, inclusive em Santa Catarina, e no Distrito Federal.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Serviço	Data: 12/6/11
Assunto: Professores		Página: 54

Professores - Secretaria de Santa Catarina está com inscrições abertas até o dia 17 para o processo seletivo de contratação de professores substitutos. São 13 vagas para os campi Araranguá, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joinville e São José. Informações: www.ifsc.edu.br.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 11/6/11
Assunto: Professores		Página: 10

Professores

O governador Raimundo Colombo chamou todos os deputados da base de apoio para uma reunião na segunda-feira, às 16h, no Teatro Pedro Ivo. Quer conversar sobre os projetos que tramitam na Assembleia, o que inclui a MP do piso nacional do magistério. Depois, às 18h, Colombo se encontrará com os secretários, a quem fará um relato sobre os encaminhamentos tomados pelo Estado em relação à greve.

O impasse nas negociações e o limite dos gastos estarão à mesa.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Econômico	Data: 11/6/11
Assunto: Ensino pago		Página: 15

Ensino pago

Para Albert Fishlow, o Brasil precisa mudar rapidamente a sua educação para poder competir com seus concorrentes globais. Alerta que o país gasta US\$ 10 mil por aluno na universidade pública e apenas US\$ 1 mil com aluno do ensino básico. Ele recomenda cobrar do universitário que pode pagar e transferir esses recursos ao ensino fundamental. Lembra que foi graças à educação de qualidade no ensino básico que a Coreia do Sul tem, hoje, renda per capita três vezes maior do que a do Brasil.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 13/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

A “primeira-ministra”

Ideli Salvatti, a professora que começou sua militância político-partidária no Estado há 35 anos, torna-se hoje a primeira mulher de Santa Catarina a ocupar o cargo de ministra de articulação política do governo da República. Sua posse na Secretaria Especial de Relações Institucionais será hoje, às 16h, no Palácio do Planalto. Nas eleições de 2002, Ideli já havia se transformado na primeira senadora catarinense. Posição político-administrativa de destaque como esta, dentro do Palácio do Planalto, só a ocupada pelo ex-senador Jorge Bornhausen, que foi ministro da Casa Civil do governo Collor. Uma fulminante carreira que credita aos irmãos Fachini, Luiz e João, e ao então prefeito de Joinville, Pedro Ivo Campos. Licenciada em Química pela Universidade Federal do Paraná, a professora que vira ministra vinha de atuação na política estudantil no ABC paulista, depois de experiências nas Comunidades Eclesiais de Base de São Paulo e de Curitiba. Casada na época com Eurides Mescolotto, também militante católico e partidário, passou a atuar, em 1976, em projetos de assistência aos menores infratores. Viu nascer o Centro de Educação e Recreação Infantil na gestão Pedro Ivo – que definiu com “um coronel democrata” – e depois no primeiro governo Luiz Henrique. Deixou a prefeitura para trabalhar no escritório da Ciser, do grupo Schneider. A partir de 1983, Ideli Salvatti ingressou no magistério como ACT, porta de entrada de sua intensa militância na Alisc, atual Sinte, em especial depois de aprovada em concurso. Batalhou na Associação dos Professores de Joinville e, em 1987, foi eleita presidente da Alisc, onde comandou a histórica greve de 67 dias, reivindicando os três “gatilhos” salariais atrasados. Terminou o segundo mandato sindical em 1992 e conquistou cadeira na Assembleia pela primeira vez em 1994. Repetiu o mandato e dali partiu para o Senado, que a catapultou para o Ministério.

Ideli passou o fim de semana com assessores, tratando de transmissão do cargo no Ministério da Pesca e, depois, da posse na nova função. Convidou o governador Raimundo Colombo, os três senadores e todos os deputados federais para a posse, numa sinalização positiva da disposição de diálogo com outros segmentos partidários.

EQUIPE

Segunda liderança política do PT de maior expressão do Estado, o ex-deputado Cláudio Vignatti não sabe ainda qual seu futuro. Atua hoje como secretário executivo do Ministério de Relações Institucionais. Não há sinais de que possa continuar. Seriam dois destaques para um só Estado. Continua cotado para a presidência da Eletrosul, cargo ocupado pelo ex-marido da ministra. Ou pode ser o primeiro ministro da Microempresa. Além disso, Ideli faz parte da corrente Construindo o Novo Brasil, antigo Campo Majoritário, junto com Carlito Merss e Dirceu Dresch.

Já Vignatti faz parte da Esquerda Socialista, integrado também pela deputada Luciane Carminatti. Por seu turno, o presidente José Fritsch é da Articulação de Esquerda. Equívocos e desencontros da campanha eleitoral de 2010 deixaram algumas feridas entre os dois grupos. Vignatti não recebeu, até ontem, nenhum telefonema de Ideli.

O secretário executivo do Ministério da Pesca, o advogado catarinense Claudinei do Nascimento, deverá trabalhar no novo gabinete. Passou os últimos dias em sucessivas reuniões de trabalho com Ideli. Foi o coordenador da campanha de 2010.

A professora que veio de Joinville para brilhar no movimento sindical do magistério terá agora o maior desafio de sua vida pública. Errando, produz crises e pode naufragar politicamente. Mas se tiver competência, sabedoria e articulação, pode ganhar a condição de “primeira-ministra” do governo Dilma, conquistando mais espaço e fortalecendo sua autoridade.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 12/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Origens do impasse

O Conselho Estadual de Educação vem acompanhando, com especial atenção, a greve dos professores. Seus membros não escondem grande apreensão sobre o impasse criado e a ausência de políticas públicas modernas para a melhoria do ensino. A escola pública continua perdendo, e há muito, a competição com o ensino particular.

A primeira causa da impressionante disposição dos professores de enfrentamento com o governo está na inexistência de política salarial. Nos últimos oito anos, professores e servidores não tiveram reajustes nos vencimentos para cobrir a inflação. Os governos Luiz Henrique-Eduardo Moreira-Leonel Pavan recorreram a abonos e gratificações. Concederam aumentos até generosos só para algumas categorias. Mas atualização salarial linear não existiu. Ficou, portanto, tudo represado. Fenômeno que explica, também, a posição irredutível dos professores pela manutenção da regência de classe e incorporação dos abonos. Não admitem perder os incentivos já agregados à remuneração.

A gestão da escola pública estadual também fermenta o movimento. Os professores recebem R\$ 6 de vale-alimentação. Como a merenda escolar é terceirizada, eles estão proibidos de desfrutar do benefício. Levam marmitas para as escolas. Muitos utilizam fogãozinho a álcool para esquentar o almoço.

O estresse com a indisciplina atinge níveis insuportáveis ou acaba até na delegacia, como registram os boletins policiais. Os alunos perderam o respeito pelos professores. Os métodos de ensino estão defasados e não acompanham as novas tecnologias que as crianças se acostumaram a ver ou a usar em casa ou na rua.

ESTRUTURA

Durante visita, esta semana, à Associação Catarinense de Imprensa, o presidente do Conselho, professor Mauricio Pereira, apontava outro dilema incidente sobre a falta de qualidade: a ausência de avaliação. Em passado recente, as escolas eram fiscalizadas pelo chamado “inspetor escolar”. Sempre um educador emérito, um especialista em ensino que comparecia periodicamente nas escolas para avaliar metodologia, frequência, instalações físicas, bibliotecas, etc. Eram rigorosos. Funcionavam. Foram sucedidos por uma comissão de avaliação da Secretaria da Educação, cuja atividade ninguém conhece.

A criação das secretarias de Desenvolvimento Regional produziu mais burocracia e ação partidária do que política educacional de qualidade. Um problema que se agravou no atual governo pela radicalização que deputados, vereadores e líderes políticos dos partidos impõem na nomeação de gerentes educacionais e diretores de escolas. Na estrutura anterior, os coordenadores regionais de educação eram subordinados ao secretário da Educação. Executavam a política do governo. Com as secretarias regionais abriu-se um vácuo. Os secretários regionais não se reportam nem são subordinados ao secretário da Educação. Os gerentes educacionais das secretarias regionais, afilhados políticos, atendem aos secretários regionais ou a seus padrinhos. E os diretores das escolas, de igual modo, subordinam a ação muito mais aos projetos político-eleitorais do que à educação. É comum que diretores e gerentes transformem os cargos em plataformas para candidaturas às câmaras municipais. Ocorre, igualmente, que diretores de escolas mudem de filiação partidária para atender ao poderoso de plantão que conquistou o direito da indicação política.

Um problema grave e inexistente na maioria dos estados brasileiros, que, segundo o presidente do Conselho de Educação, transferem às comunidades escolares a escolha dos diretores.

A propósito: alguém conhece uma escola particular cujo diretor seja afilhado político de parlamentares ou dirigentes partidários? Ali, a escolha se dá, sempre e apenas, pela capacidade e pelo mérito.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 11/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Os desafios de Ideli

Quando Ideli Salvatti assumiu a liderança do PT no Senado, há cinco anos, não faltaram manifestações de incredulidade e até de previsões desastrosas sobre seu desempenho. Durota, impetuosa e guerreira, a senadora catarinense acabou surpreendendo. Desincumbiu-se tão bem da missão recebida pelos correligionários que acabou recompensada. Logo em seguida foi convidada para assumir a liderança do governo Lula. Era o resultado pelo esforço inglório na defesa do Planalto, enrolado até o pescoço na crise do mensalão, um dos maiores escândalos da história republicana. Teve a imagem abalada em Santa Catarina e pagou o preço, com o PT, nas eleições municipais de 2008 e, pessoalmente, na disputa ao governo de 2010. Mas adquiriu créditos no partido e no novo governo.

As mesmas restrições sobre as credenciais de Ideli Salvatti para assumir a Secretaria Especial de Relações Institucionais surgiram antes mesmo de ser confirmada sua nomeação. O estilo contundente da senadora, o tratoração que invocou em votações do Senado e o estilo político de falar muito e ouvir pouco seriam incompatíveis com a nova função. Esta exige capacidade de diálogo com governistas e opositores, paciência, poder de articulação política e, sobretudo, uma visão estratégica para compreender o complexo mundo político de Brasília.

A escolha de Ideli Salvatti é menos uma homenagem a Santa Catarina e muito mais um prêmio por seu espírito partidário e pelo que fez em defesa do governo e do PT no Senado. Batalhou também em outras crises, como as denúncias contra os senadores Renan Calheiros e José Sarney, quando também queimou o filme.

A partir da posse, na próxima segunda-feira, enfrentará desafios políticos e administrativos incomparavelmente maiores. Com a gestão do governo concentrada na nova ministra da Casa Civil, todo o esquema político recairá sobre seu ministério. Terá que dar respostas para correligionários, aliados e até a adversários.

CATARINENSES

A escolha abre novos e importantes canais de Santa Catarina no Palácio do Planalto. Uma interlocução que facilita contatos e cobranças e, sobretudo, viabiliza resultados.

O novo cargo imporá mudança de estilo da ministra. Como ela disputou as últimas eleições contra Raimundo Colombo, Luiz Henrique e Paulo Bauer, terá condições e apetite para uma relação republicana? Ou permanecerão os fossos que ficaram da pugna eleitoral? Colocará a nova ministra gás nos projetos e reivindicações do governador liberal ou vai impor seu jogo em Santa Catarina para ganhar mais visibilidade? E como se darão as relações com os três senadores catarinenses, todos aliados de José Serra? No plano institucional, o caminho ficará mais pavimentado. Os petistas contam, agora, com uma interlocução direta dentro do Palácio do Planalto. Tudo fica mais fácil na relação com o governo, a começar pelo preenchimento dos cargos, aguardados com ansiedade e renovado apetite por petistas e seus aliados.

As obras e os serviços federais que a população pleiteia podem merecer, agora, mais atenção do Planalto. Os processos que estão emperrados há anos também estarão sobre a mesa da nova ministra. As cobranças vão se multiplicar em função do novo posto. Na escolha, definida dentro do avião presidencial, quando Dilma Rousseff conversou com Ideli Salvatti na viagem de Brasília a Navegantes, fica aberta uma questão. A presidente quer recompor a articulação que lhe tem faltado até agora, acionando o gerador político. Terá ela cogitado, também, de colocar oxigênio na ex-senadora, na perspectiva de colocá-la na plataforma de lançamento para uma nova candidatura ao governo?

Todas as peças movimentadas agora tem a perspectiva das eleições municipais e da disputa ao governo e Senado de 2014.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 13/6/11
Assunto: Letra morta		Página: 12

Letra morta

MARCELO BATISTA DE SOUSA *

No Brasil, o país dos bachareis, há muito prospera a ideia segundo a qual a norma escrita deve ser supervalorizada, na vã ilusão de que constitui remédio para tudo. Se alguma coisa vai mal, cria-se uma nova lei e pronto, se acaba com o problema. Aliás, nosso país, que tem uma das constituições mais extensas do mundo, descendo a minúcias que, pelo bom senso, deveriam ficar por conta da legislação comum, possui um dos maiores acervos de leis do planeta – a maioria condenada a virar letra morta.

Conforme recente pesquisa, já foram editadas, da proclamação da República até hoje, nada menos do que 181 mil leis – entre as que pegaram e as que não pegaram –, sendo que bastariam 1,5 mil leis enxutas, conforme a estimativa de juristas renomados, para que os cidadãos se entendam e um país civilizado mantenha suas instituições funcionando harmonicamente.

O importante, como já foi dito e redito, não é o número de leis – mas se elas são ou não respeitadas. Se o

Brasil bate recorde em matéria de produção de leis, é também o país onde elas menos contam. É como se o errado passasse a ser o certo; e o certo, o errado.

Assim é o caso, em Santa Catarina, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que, envolto em denúncias de desvios, vive uma situação que beira a pura esquizofrenia. A lei diz uma coisa, mas a realidade diz outra. Isto é, segundo a própria Secretaria da Fazenda, o Executivo estadual aplicou R\$ 2.795.232.179,02 do fundo, criado por lei federal para os salários dos professores e manutenção das escolas públicas, para pagamento dos professores aposentados e outras despesas dos nossos poderes Legislativo e Judiciário. Causa especial estranheza aos que ainda têm apreço pelos textos legais que esse tipo de desvio seja praticado por pessoas que são pagas pela população para elaborar e aplicar as leis.

* Professor, presidente do Sindicato das Escolas Particulares de SC



CLIPPING

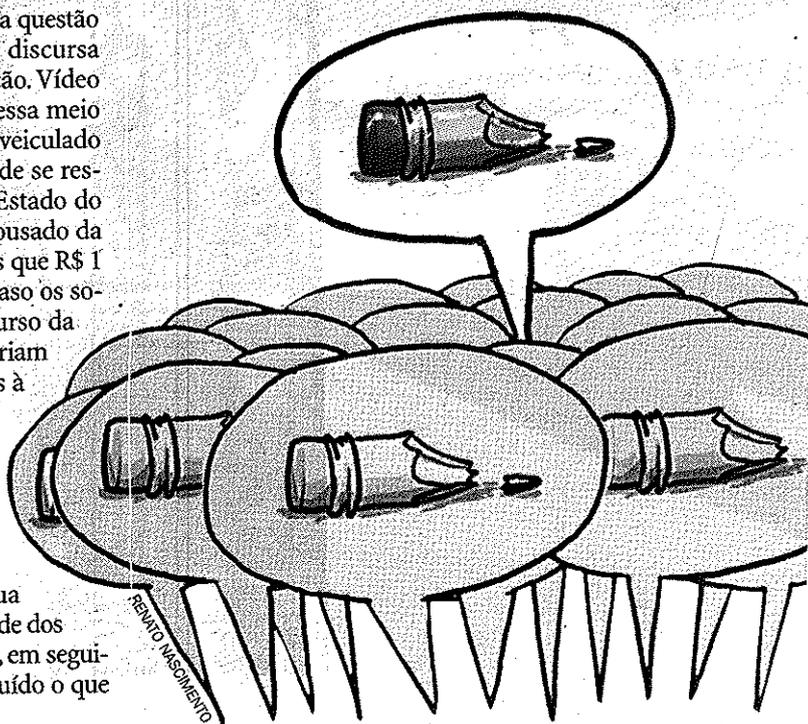
Veículo: Diário Catarinense (Cultura)	Editoria: Penso	Data: 11/6/11
Assunto: Educação e retórica		Página: (última)

Educação e retórica

A educação brasileira é mesmo uma questão de retórica. Professora potiguar discursa no parlamento. Luz, câmera e ação. Vídeo com o registro de sua fala atravessa meio mundo na internet e, por fim, é veiculado na televisão. Com isso, ao invés de se restringir aos anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte (ou seja, a nada), o verbo ousado da professora dos três dígitos (sim, ela recebe menos que R\$ 1 mil por mês) sacode os quatro cantos do país. Caso os sofisticados ou mesmo Aristóteles assistissem ao discurso da professora Amanda Gurgel, certamente a aplaudiriam de pé. Todos os cinco elementos imprescindíveis à retórica foram colocados de maneira canônica: a invenção, a disposição, a elocução, a memória e a pronúncia. A escolha do conteúdo foi incontestável: a necessidade de uma educação de qualidade, ou seja, um dos consensos nacionais. Em seguida, a organização e a eloquência mostraram-se exemplares: a partir de sua própria experiência, ela abordou a indigna realidade dos professores do ensino fundamental e médio para, em seguida, exigir daqueles que ocupam o poder constituído o que chamou de “vergonha”.

Ademais, em nenhum momento recorreu a qualquer anotação para complementar seu pronunciamento: ao longo dos mais de cinco minutos, utilizou-se da memória e do afeto para relatar aquilo que a imprensa passou a denominar por “dramática situação do magistério no Brasil”. Sim, dramática. Afinal, é preciso que a realidade se transforme em drama (turgia) para que haja uma comoção no Brasil. É tão somente no momento em que o cotidiano se torna uma espécie de telenovela, com heróis (professores) e vilões (políticos), que a opinião pública promove um movimento de consternação em nome de alguma causa. Não por acaso foi preciso uma câmera ligada e uma construção cênica para que a fala da professora circulasse pelo país.

Não obstante, as enfáticas indagações e afirma-



ções colocadas pela docente não acrescentam quaisquer conceitos novos em relação ao lugar-comum sobre a educação brasileira. É notório e de conhecimento público que professores recebem salários espúrios, cumprem uma carga horária excessiva, num regime de trabalho vassalador. Triste concluir que o lance decisivo de Amanda Gurgel foi mera questão de retórica, aquilo que Sócrates considerava uma técnica superficial justo porque não vislumbrava a filosofia, mas sim um simples exercício do bem falar sobre coisas absolutamente conhecidas por todos. Em síntese: o dito e o sabido foram reproduzidos por Amanda Gurgel. Nem era preciso apertar o “Rec” para gravar seu discurso, mas apenas acionar o “Play” de al-



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense (Cultura)	Editoria: Penso	Data: 11/6/11
Assunto: Educação e retórica		Página: (última)

guma outra câmera que houvesse registrado um movimento reivindicatório de professores. Desta vez, contudo, os ouvidos moucos e olhos obnubilados dos brasileiros se comoveram, como quem assiste ao VT da telinha. Seu rosto redondo e angelical, o trejeito delicado de menina conjugado à convicção aguerrida de uma heroína, a colocação das palavras articuladas aos gestos sobre uma tribuna. E ainda: a cena protagonizada reverberou tão somente porque simulou um ambiente de bacharéis. Se ela estivesse em cima de um carro de som, discursando para uma plateia de professores grevistas, com a mesma eloquência, semelhante discurso, certamente não se teria creditado tamanha solidariedade a esta professora. É porque somos o país dos bacharéis, o absurdo território onde a retórica define as relações entre os cidadãos.



O Brasil é um dos países com o maior número de processos judiciais em curso que emitem a última palavra desde a guarda de crianças até a liberação de pesquisas com células-tronco. Na prática, delega-se aos bacharéis de Direito o arbítrio sobre o viver em sociedade. É o que Sérgio Buarque de Hollanda, em seu já longínquo *Raízes do Brasil*, considerava como um dos aspectos mais significativos do caráter brasileiro: “Um amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos”.

Isso exposto porque foi numa espécie de tribunal (não por acaso, uma tribuna) que a professora teve que explicar sua lamentável situação profissional. Não se tratava de um vídeo gravado no recanto do lar, muito menos uma aula proferida em um auditório. Pelo contrário, foi preciso a professora assumir um pseudopapel de depoente, tendo diante de si deputados, secretária de educação, promotores do Ministério Público, e que seu discurso fosse endereçado ao poder para que o país reconhecesse o mérito e a verdade daquela fala, a força e a ética daquela professora que, naquele momento, representava a educação brasileira e, em muitos sentidos, tornou-se mais importante do que o ministro da Educação.

Além do mais...

Ao sabor das leis

A milhas de distância do Rio Grande do Norte, num outro Estado da federação que também possui uma vergonhosa política salarial ao magistério, professores decidem entrar em greve. Pela primeira vez, a dita opinião pública catarinense – inclusive articulistas políticos que, outrora, repudiavam o movimento grevista de qualquer categoria – é favorável à inércia dos docentes. O pretexto para tal concordância é a lei federal que regulamentou o piso nacional do magistério. O que espanta, neste caso, é o fato de que é preciso haver uma regulamentação federal para que aquilo que é ético se torne moralmente aceitável. Em linhas profanas: era de conhecimento público que os professores recebem salários medíocres em Santa Catarina, mas foi preciso o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecer a constitucionalidade da ética.

Paridade

Que se faça cumprir o que é lei. Nenhum aumento ao Legislativo ou ao Judiciário – dentre os inúmeros concedidos nos últimos anos – foi questionado pelos poderes estaduais. Se um motorista do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ) ganha mais de R\$ 3,5 mil, por que um professor não pode receber o dobro disto?



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/6/11
Assunto: DC na sala de aula – Por uma educação mais democrática		Página: 28

DC NA SALA DE AULA

Por uma educação mais democrática

Encartado no DC de amanhã, caderno ajuda a formar alunos e professores

A primeira edição deste ano do caderno *DC na Sala de Aula* estará encartado amanhã no *Diário Catarinense*, além de ser distribuído em escolas da rede estadual. A principal reportagem da edição trata da gestão democrática, uma forma de administração que tem a participação de pais, professores e estudantes.

O *DC na Sala de Aula* faz parte do Programa Jornal e Educação, vinculado à Associação Nacional de Jornais (ANJ). Funciona desde 2005 na formação de alunos e professores. Atende mais de 1,2 mil escolas em todo o Estado de Santa Catarina, 30 mil professores e 850 mil alunos.

Entre os objetivos, há três destaques: contribuir para que alunos atinjam um domínio mais pleno de leitura, escrita e interpretação; democratizar a informação; e dinamizar o



Todo mundo manda junto

GESTÃO ESCOLAR COM PAIS, ALUNOS, PROFESSORES E DIREÇÃO É OBJETIVO EM SC

currículo escolar como um todo.

Nesta edição, a principal reportagem trata da gestão democrática, um sistema que envolve pais, professores e alunos. As ideias para um projeto para melhorar a escola, por

exemplo, não precisam vir apenas do diretor ou da diretora. Por outro lado, todos devem ajudar a concretizá-las. Quer saber como fazer com que sua escola seja mais democrática? Leia a reportagem e confira.

Outro destaque da edição de amanhã é a polêmica sobre o livro *Por uma Vida Melhor*, aquele que aceita frases como “os peixe” e “os livro”. Apesar de parecer um erro grave, muitos professores defendem a iniciativa, dizendo que os autores se referiam apenas a uma variante linguística. Leia e tire suas conclusões.

Há ainda uma reportagem sobre o site do *DC da Sala de Aula*, que mostra como usá-lo. No portal www.dcriasaladeaula.com.br, você também pode ter acesso às versões anteriores.

Além da edição de amanhã, haverá outras quatro até o fim das aulas: 2 de agosto, 28 de setembro, 8 de novembro e 7 de dezembro. Os estudantes da rede pública vão receber todas.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/6/11
Assunto: Inscrição recorde – Enem tem adesão de 6,2 milhões		Página: 33

INSCRIÇÃO RECORDE

Enem tem adesão de 6,2 milhões

As inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), encerradas na sexta-feira, tiveram adesão recorde, com 6,2 milhões de inscritos, 1,61 milhão a mais do que no ano passado. Em 1998, quando o exame foi criado, apenas 157,2 mil estudantes quiseram fazer a prova. A maior parte dos candidatos está na Região Sudeste, que teve 2,3 milhões de inscritos. Logo depois, aparece o Nordeste (1,9 milhão). A Região Sul conta com a participação de 780,8 mil estudantes, enquanto Norte e Centro-Oeste contam 652,0 mil e 573,5 mil, respectivamente.

O Enem nasceu como exame de avaliação do ensino médio e ganhou mais força a partir de 2009, quando passou a substituir ou compor a nota do vestibular de diversas faculdades. Neste ano, cerca de 83 mil vagas em instituições públicas foram disputadas com base na pontuação da prova, por meio do Sisu (Sistema de Seleção Unificada). Ao menos 14 universidades federais usarão o exame como única etapa seletiva deste ano. Em outras quatro, o Enem irá substituir a primeira fase do vestibular.



Hoje é o último dia para pagar a inscrição no Banco do Brasil.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Você, Leitor	Data: 13/06/11
Assunto: Devo e pago quando eu quiser		Página: 32

Devo e pago quando eu quiser



ALINE PEREIRA,
professora de língua
portuguesa e literatura da
rede pública estadual da
Escola Dr. Tuffi Dippe.
aline.correio@gmail.com

Nada novo na estação: a greve continua. “Mas o que ainda querem os professores?”, proclamava uma senhora na fila do pão. Aparentemente, uma singela manifestação, mas muito informada sobre a manipulação exercida pelo governo. Aumentaram os comerciais da mídia que exibem benfeitorias. O representante maior do nosso Estado exibe um carisma que faz até gente da imprensa afirmar: “É claro que se houvesse dinheiro ele pagaria”.

A manipulação também toma força com cada tabela proposta pelo governo em que o número R\$ 1.187,00 é exibido do começo ao fim, conduzindo o leigo a acreditar que de fato o governo vai cumprir a lei federal. O que muitos não sabem é que, caso a primeira proposta fosse aceita, um professor em formação receberia o mesmo que um professor pós-graduado, caracterizando um aumento de mais de 90% para um professor sem curso superior e percentuais irrisórios aos que se dedicaram a titulações como mestrado e doutorado.

Há uma tabela a ser respeitada criada pelo MEC, em que todos os salários devem ser reajustados. Tabela proposta a partir de

uma lei, que o governador votou a favor enquanto senador. Deveríamos ignorá-la e voltar à sala de aula? E a segunda proposta? Os números continuaram distantes da tabela determinada pelo MEC, além de nos colocarem como condição a retirada de parte da regência de classe, que é um valor percentual sobre o salário-base.

Aos que questionam as razões que nos obrigam a permanecer na greve, digo que não houve evolução, portanto, não podemos retornar ao trabalho. Há um desalento geral da categoria, que se entristece com as propostas fúnebres oferecidas. O que podemos observar na manifestação histórica da última quinta, na Capital, que reuniu 14 mil professores, é que a estratégia do governo, propondo tabelas que ferem o cumprimento da lei, funciona como mola propulsora ao movimento.

Voltamos, não à sala de aula, mas à rua para protestar mais e mais. A nós, as propostas chegam como uma resposta de alguém que diz: “Devo e pago quando e como eu quiser”. E como não adianta criticar sem sugerir, que tal converter o dinheiro de comerciais em investimento à Educação? Ou quem sabe diminuir os gastos com a folha de pagamento dos deputados, que têm direito, além de um salário extraordinário, a auxílio-moradia, verba de gabinete, passagens aéreas, verba indenizatória, etc.? Ah, e a grana do Fundeb, onde andará?



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 12/06/11
Assunto: Plano Nacional de Educação é ignorado pelo governo e patina no Congresso		Página: Online

Plano Nacional de Educação é ignorado pelo governo e patina no Congresso

Enviado ao Congresso Nacional no apagar das luzes do governo Lula, o Plano Nacional de Educação (PNE) tramita na Câmara sem o apoio explícito de dois atores fundamentais para sua aprovação: a presidente Dilma Rousseff, obcecada pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e o ministro Fernando Haddad, que mais tem aparecido publicamente para esclarecer a série de trapalhadas da pasta.

O plano estabelece 10 diretrizes e 20 metas para serem cumpridas até o ano 2020. Ele prevê valorização do magistério público da educação básica, duplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, destinação dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a área de ensino e ampliação do investimento público em educação até atingir 7% do Produto Interno Bruto do País (PIB). Até agora, o projeto de lei recebeu cerca de 3 mil emendas. Quando aprovado, seguirá para o Senado.

Apesar do impacto que pode causar ao planejamento estratégico do Ministério da Educação (MEC), a sensação no Congresso Nacional é de que o PNE não entrou na pauta do Palácio do Planalto. Até hoje a comissão especial para tratar do assunto não conseguiu marcar reunião com a presidente Dilma. Haddad também não apareceu para discutir o plano - o Estado apurou que o ministro remarcou três vezes a ida à Câmara, sob a alegação de problemas de agenda. De quebra, o MEC só encaminhou no mês passado as notas técnicas que justificam as metas traçadas no plano, consideradas pouco ambiciosas por entidades.

Manobras. Não bastasse a lentidão do Executivo, o PNE vem sendo alvo de uma disputa política na Câmara, entre a Comissão de Educação, presidida pela deputada Fátima Bezerra (PT-RN), e a comissão especial para tratar do tema, comandada por Gastão Vieira (PMDB-MA). No início do ano, houve manobras para que o PNE ficasse na comissão liderada por Fátima, ligada a movimentos sociais. Desde o episódio, criou-se uma barreira entre as duas comissões.

Nos bastidores de Brasília, os comentários são de que a deputada estaria emperrando a discussão. "A Comissão de Educação tem sido parceira e contribuído para o debate do PNE; quanto mais debate, melhor", rebate Fátima. Ela assegura que a presidente Dilma e o ministro Haddad estão empenhados para que o PNE seja aprovado ainda este ano. "Não se trata de mais um plano de governo e sim de uma política de Estado", diz Fátima, que apresentou mais de 400 emendas - entre elas, propostas de elevar o investimento em educação para 10% do PIB até 2020 e garantir 50% do fundo social do pré-sal para a área, o que foi vetado pelo então presidente Lula no ano passado.

Diante do vazio deixado pelo Planalto e a disputa na Câmara, os parlamentares têm buscado apoio daqueles que, de fato, vão ficar com a "conta" do plano -



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

governadores e prefeitos. Segundo previsão do MEC, serão necessários R\$ 61 bilhões adicionais para financiar as metas, além do investimento atual, que ronda a casa de 5% do PIB. Hoje, 80,7% do gasto público total em educação é bancado pelas esferas estaduais e municipais.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo

Editoria: Notas e Informações

Data: 11/06/11

Assunto: Nova trapalhada do MEC

Página: A3

Nova trapalhada do MEC

Menos de um mês depois da descoberta de que o Ministério da Educação (MEC) distribuiu na rede pública de ensino fundamental um livro de português da coleção *Por uma vida melhor* que defende a supremacia da linguagem oral sobre a linguagem escrita, admitindo que “é certo falar errado” e que corrigir erros é “preconceito”, constatou-se que o órgão também entregou a 1,3 milhão de alunos livros de matemática da coleção *Escola Ativa* com erros primários em contas de subtração – além de vários problemas de revisão e muitas frases incompletas ou sem sentido. A coleção contém 35 volumes destinados a professores e alunos e pelo menos 5 livros ensinam que 10 menos 7 é igual a 4, que 18 menos 6 é igual a 6 e que 16 menos 7 é igual a 5.

Distribuídos em escolas da zona rural de 3.109 municípios, os 7 milhões de exemplares da coleção *Escola Ativa* – adquirida para prestar apoio às escolas rurais das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste – custaram cerca de R\$ 13,6 milhões aos cofres públicos. Para apurar as responsabilidades e o montante exato dos prejuízos, pois os cinco livros terão de ser reimpressos e redistribuídos, o MEC abriu sindicância e pediu uma auditoria à Controladoria-Geral da União. O ministro Fernando Haddad tomou essa iniciativa depois que a reportagem do *Estado* solicitou informações sobre os graves problemas que vêm ocorrendo com as coleções

compradas pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Na sexta-feira da semana passada, os especialistas contratados pelo MEC concluíram que, em vez de publicar uma errata, como foi cogitado inicialmente, o órgão deveria recomendar aos professores que não utilizassem os cinco livros em sala de aula, tal a quantidade de “erros graves e grosseiros”. No mesmo dia, a coleção *Escola Ativa* foi retirada da internet, “para correções”, e o responsável por sua aquisição, no ano passado, André Lazaro, se demitiu do governo. Em 2010, ele dirigiu a Secretaria de Educação Continuada,

Erros seguidos decorrem do aparelhamento político de órgãos técnicos

Alfabetização e Diversidade do MEC (Secad) – e, desde a posse da presidente Dilma Rousseff, vinha atuando como secretário executivo da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Para a cúpula do MEC, os erros nos cinco livros de matemática não decorreriam de má-fé, mas de inépcia administrativa e falha de revisão da Secad – o mesmo órgão que coordenou a produção do kit anti-homofobia vetado por Dilma. Na realidade, o problema parece ser o aparelhamento político da administração federal, com a substituição de técnicos especializados por “companheiros”.

Desde a posse de Haddad, o MEC já se envolveu numa sucessão de trapalhadas administrativas. As mais graves aconte-

ceram nas duas últimas edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Na edição de 2009, o vazamento das questões obrigou o MEC a adiar a prova, o que prejudicou o cronograma de muitas instituições universitárias, uma vez que os resultados do Enem contam pontos para os vestibulares. Na edição de 2010, houve problemas com a licitação para a escolha da gráfica, 21 mil cadernos de perguntas e o cabeçalho da folha de respostas foram impressos com erros, o sistema de informática do MEC não foi planejado para atender o número de candidatos inscritos e a Justiça Federal chegou a conceder liminares cancelando o exame, o que obrigou o governo a recorrer às pressas ao Tribunal Regional Federal, para não ter de adiá-lo.

Escrita por dez autoras, a coleção *Escola Ativa* foi criada em 1998, no governo Fernando Henrique, e vinha sendo distribuída anualmente, sem problemas. Em 2008, no segundo mandato do presidente Lula, o MEC decidiu revisá-la e atualizá-la, pedindo sugestões às autoras e deixando a parte executiva a cargo de uma equipe editorial formada por servidores da Secad. A coleção atualizada começou a ser distribuída entre fevereiro e março de 2011 e os erros primários nas contas de subtração em 5 dos 35 livros da coleção não foram detectados pelos revisores.

Essa é mais uma demonstração da incompetência reinante no MEC, por causa do aparelhamento político de seus quadros técnicos.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Opinião	Data: 13/06/11
Assunto: Por uma escola pública de qualidade		Página: 06

Por uma escola pública de qualidade

Uma escola pública de qualidade depende cada vez mais de múltiplos fatores. Mas o que pode ser considerado como qualidade, num universo de interpretações que hoje se colocam para este termo?

Consideramos limitadas as visões de qualidade em educação, no Brasil, que não levem em consideração a superação das desigualdades sócias, econômicas, raciais e de gênero, num esforço por promover justiça social. Assim, é importante, mas não basta priorizar o desempenho satisfatório em exames nacionais; dominar conhecimentos, habilidades e competências que se estabeleçam previamente; aplicar tecnologias avançadas; supervalorizar a competitividade e a produtividade; novos métodos de gerenciar sistemas e instituições educacionais; utilizar procedimentos integrados no trabalho pedagógico.

Cabe, sim, considerar que a qualidade diz respeito não apenas às políticas intraescolares, mas também, e sobretudo, àquelas vinculadas aos investimentos que se fazem imprescindíveis no âmbito do social. Sabe-se que os países participantes da avaliação denominada de PISA, que obtêm as melhores notas no desempenho escolar de seus alunos, atuam densamente no campo social: suas cidades são urbanizadas; seus habitantes têm acesso aos recursos materiais e simbólicos indispensáveis a uma sobrevivência digna. Nesses países, as melhores escolas não constituem espaços exclusivos dos estudantes mais privilegiados. Pode-se afirmar que qualidade de-

manda, então, a abolição ou a redução das desigualdades crônicas que marcam países como o nosso.

A perspectiva de qualidade que defendemos pode expressar-se na intenção de gerar o desenvolvimento tanto dos indivíduos quanto da sociedade. Assim, uma educação de qualidade habilitaria o sujeito a ir além de uma forma restrita de viver seu cotidiano, induzindo-o a participar ativamente na mudança de seu ambiente. Para isso, é indispensável a compreensão da realidade em que está inserido, o que pode ser promovido por conhecimentos que possibilitem um bom desempenho em seu espaço imediato, mas que comprometam e possibilitem ao estudante atingir, pela atividade intelectual e prática, esferas mais abstratas e complexas.

A qualidade em educação, além disso, é também um processo negociado, e se define com base no diálogo e nas contribuições de diversos grupos de trabalho. Tal perspectiva incentiva uma ação de interação e de inovação, centrada na criatividade dos professores e das escolas e na sua capacidade para, constante e coletivamente, definir, avaliar e retificar o processo pedagógico. Qualidade resulta, então, de transação, de cooperação, de reflexão, de disputa e do debate constante entre os diversos atores e grupos sociais interessados na prática educativa. Ao mesmo tempo, no âmbito dessa multiplicidade e diversidade, é preciso atualizar permanentemente o papel da escola como espaço de produção e difusão do conhecimento historicamente produzido.



A qualidade em educação é um processo que se define com base no diálogo e nas contribuições de diversos grupos de trabalho.





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 12/6/11
Assunto: Procon vai à escola		Página: 35

PROCON VAI À ESCOLA

Projeto será lançado segunda na Capital

O Procon da Capital lança na segunda-feira, às 9h, na Escola Básica Anísio Teixeira, o projeto Procon Vai às Escolas. A iniciativa atenderá 10 mil estudantes, de 5ª a 8ª série da rede municipal, orientando as crianças e adolescentes sobre os direitos nas suas futuras relações de consumo, além de falar sobre o Código de Defesa do Consumidor. Após uma palestra, os alunos receberão um kit com camiseta, cartilha e um informativo.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 12/6/11
Assunto: Obras do prédio da faculdade municipal		Página: 35

PALHOÇA

Obras do prédio da faculdade municipal

Em janeiro de 2012, começa a construção da sede própria da Faculdade Municipal de Palhoça (FMP), que tem cerca de 800 estudantes, no Jardim Aquarius. Cerca de 80% das vagas são para estudantes da rede de ensino público da cidade. A obra vai custar R\$ 2,5 milhões e ocupará uma área de 4 mil m². A FMP tem cursos de Administração e Pedagogia. Neste ano, terá Gestão Pública e Empresarial, Didática e Interdisciplinariedade.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 11/6/11
Assunto: Protesto na rede de Palhoça		Página: 19

Protesto na rede de Palhoça

Palhoça

Professores da rede municipal de Palhoça, na Grande Florianópolis, paralisaram as atividades, ontem, para reivindicar o cumprimento do piso nacional do magistério. Eles saíram da Praça 7 de setembro, no Centro, e caminharam até a prefeitura, onde ficaram concentrados.

A secretária municipal de Educação, Joicelete Isaltina da Silveira dos Santos,

garantiu que o cumprimento da lei está sendo discutido pelo município. Ela revelou que foram pedidos estudos de impacto à Secretaria de Administração, que ainda não deu retorno.

– Estamos aguardando isso para iniciarmos a discussão – afirmou Joicelete.

Na próxima quinta-feira, haverá uma reunião entre a secretária e os representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Palhoça.



AMABELO KUROSEKI

Passeata foi até a frente da prefeitura

Manifestações na internet

A valorização da educação é motivo de dois protestos virtuais neste domingo.

facebook

A primeira manifestação está sendo organizada na rede social Facebook e sugere para as pessoas colocarem, no lugar da foto do perfil, uma imagem do protesto, além de escreverem no próprio mural os dizeres "Quero Educação".

twitter

O protesto também vai ser feito pelo Twitter. As pessoas podem participar usando a hashtag #QueroEducação. Os dois eventos não estão ligados a entidades.